

Aconteceu

Collor demite presidente da Funai em mais um jogo de cena (página 11)

A receita dos militares para os menores de rua: 'destruí-los' (página 3)

Douglas Mansur



Boff acusa: 'Vaticano é como o Dops'

Após ter sofrido a quinta punição pelo Vaticano, o teólogo franciscano Leonardo Boff, em uma entrevista comparou a atuação da Congregação para a Doutrina da Fé (o antigo San-

to Offício) "ao Dops e ao Cenimar da época da ditadura militar". Para Boff, a Igreja Católica está vivendo "um refluxo conservador muito grande". (Página 8)

Mais um presente para os usineiros

Os usineiros alagoanos, base de sustentação política (e econômica) do presidente Collor no estado, foram beneficiados pelo Banco do Brasil com mais um presente milionário. Contra-

riando uma ordem do próprio presidente da instituição, o BB saldou uma dívida de US\$ 86 milhões contraída em 1984 (e nunca honrada) pelos usineiros. (página 3)

Morte de estudante evidencia carências do ensino público

Uma estudante de 17 anos, Silmar-ya Rejane Marculino de Souza, foi baleada mortalmente no pátio de uma escola estadual da zona norte de São Paulo. O acusado, um ex-estudante de 19 anos da mesma escola, a quem tinha sido negada a matrícula no ano passado, foi encontrado enforcado quando estava detido numa delegacia. (página 15)

Dívida externa: governo inicia pagamento dos atrasados

O Senado Federal aprovou, no último dia 19, por 61 votos a favor, seis contra e uma abstenção, o acordo celebrado pelo governo junto aos bancos credores externos. O acordo refere-se à parcela dos juros em atraso no período 1989-1990, num montante de US\$ 8 bilhões, dos quais o Brasil pagará US\$ 2 bilhões até o fim do ano, refinanciando o restante.

Concluída a etapa de apresentação do acordo aos cerca de 700 bancos credores, cuja adesão deve ser de 95% para validar os termos negociados, começa a renegociação do principal da dívida com os credores privados, cerca de US\$ 52 bilhões.

Estilo collorido — A aprovação do acordo pelo Senado, coincide com a ida de Collor aos EUA e consolida a cada vez mais recuada posição do governo em relação ao problema da dívida externa, bem como do alinhamento com os EUA nas relações exteriores.

A adoção do estilo "soft", marcada pela saída da equipe de Zélia, suavizou as relações com banqueiros e FMI e foi acompanhada por propostas do governo que contemplam antigas reivindicações americanas, como o fim da reserva de mercado para a informática e a adoção de uma política industrial mais aberta ao capital estrangeiro. (CEDI, 25/6/91)

Brasil paga as 'mordomias' dos credores

Ao formalizar o acordo com os credores, o governo brasileiro aceitou pagar mais US\$ 16 milhões (mais de cinco bilhões de cruzeiros), a título de reembolso de despesas com passagens aéreas, honorários, refeições, hospedagem, aluguel de limusines, horas extras, entre outras, realizadas pelos banqueiros internacionais que integram o Comitê de Assessoramento Bancário, do período Sarney até agora.

Em tese a função dos banqueiros do Comitê é assessorar o governo brasileiro nas negociações com seus empregadores, isto é, as insti-

tuições credoras do Brasil. Entretanto, documentos do próprio governo, como um memorando do falecido ministro da Fazenda Dilson Funaro ao então presidente José Sarney, classificam esse Comitê como "ficção". "Uma parte na negociação não assessora a outra, negocia com ela", escrevia o ministro ao presidente.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que votou contra a aprovação do acordo da dívida externa, argumentou que "o Comitê é de interesse dos próprios credores, portanto eles é que devem pagar".

Salários em queda

Ao anunciar o valor do salário mínimo para os meses de maio, junho e julho — Cr\$ 20 mil mais abono de Cr\$ 3.131,68 —, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, declarou que o aumento não provocaria uma explosão da demanda.

A afirmação é no mínimo constrangedora. Cálculos do Dieese mostram que o valor real do salário mínimo está em queda livre desde a sua criação em 1940. Segundo o órgão, para pagar as despesas mensais de uma família (casal e dois filhos menores), o salário mínimo deveria ser, em maio, Cr\$ 127.683,00, uma diferença de 452% em relação ao atual.

Uma pesquisa realizada pela Arthur Andersen Consultores em 72 empresas líderes de nove segmentos do mercado, mostrou que os trabalhadores continuam acumulando perdas. A soma das perdas do meses de março, abril e maio ultrapassam 20% em média, a inflação de 38,48%, medida no período pela Fipe. (CEDI, 25/6/91)

Salário mínimo em São Paulo

Datas dos principais reajustes	Valores em Cr\$ de maio de 1991
julho 1940	74.467,47
janeiro 1959	107.292,74
março 1965	70.907,92
maio 1970	51.538,94
maio 1980	49.163,42
abril 1990	19.279,63
dezembro 1990	16.414,06
maio 1991	23.131,68

Fonte: Dieese (Base: julho de 1940 = 100)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Orlando Joia (interino) • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTB 011.233) • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Banco do Brasil paga dívida de usineiros alagoanos

O Banco do Brasil pagou a um pool de bancos ingleses, dia 17 de junho, uma dívida de US\$ 85,939 milhões, contraída em 1984 e nunca honrada, pela Cooperativa de Produtores de Açúcar de Alagoas (Coopalag). O presidente do BB, Lafaete Coutinho Torres, ordenou que a operação fosse suspensa, mas o diretor interino da área internacional, Getúlio Pessoa, já havia assinado o acordo de pagamento com os bancos ingleses, segundo ele com base no despacho do ex-presidente do BB, Alberto Policaro. "Fui traído", desabafou Torres, que logo afastou Pessoa do cargo. "A quem interessava o pagamento desta dívida?", perguntou publicamente o presidente do BB.

O que Torres questiona é que um pagamento de tal vulto tenha sido feito sem consulta à diretoria financeira do BB. Ele desconhece tam-

bém os motivos pelos quais o banco não autorizou o pagamento em cruzeiros e com deságio de 65%, como o banco inglês Midland propôs em outubro de 1990 à Coopalag e à Cachoeira, uma usina que não faz mais parte da cooperativa. Em outras palavras, nesta operação o Brasil perdeu pelo menos US\$ 56 milhões.

Uma auditoria sobre o caso, pedida por Torres, concluiu que, embora não, tenha sido detectada evidência de má-fé ou favorecimento pessoal dos funcionários do BB envolvidos no caso, "ficou plenamente caracterizado o descumprimento, por parte do diretor Getúlio Pessoa, de expressa ordem superior". O presidente Fernando Collor pediu "transparência e clareza" nas investigações para "evitar dúvidas sobre as intenções do BB e do seu presidente", e afirmou que "não tinha nenhuma informa-

ção" sobre a negociação. Na realidade, Collor tinha sido informado de tudo pela ex-ministra da economia Zélia Cardoso de Mello.

O pagamento aos bancos ingleses é apenas o último de uma longa série de problemas que o BB anda enfrentando em relação aos usineiros de álcool e açúcar. Na semana anterior, estes empresários pediram ao ministro da Economia, Marcílio Moreira, prazos de 100 meses ou até dez anos para saldar dívidas acumuladas junto ao BB (US\$ 1,1 bilhão) e à Receita Federal (US\$ 700 milhões), quando os prazos normais jamais superam os 60 meses. A maior parte desses débitos se refere a impostos não recolhidos e a sonegação da contribuição incidente sobre o açúcar e o álcool. (*Globo e Jornal do Brasil*, 22/6/91; *Jornal da Tarde*, 24/6/91; *Folha de S.Paulo*, 25/6/91)

Maioria do Congresso é parlamentarista

A grande maioria dos congressistas se define parlamentarista e é favorável, caso o novo sistema seja adotado, à eventual dissolução da Câmara e convocação de novas eleições para deputado, em situações de impasse institucional. Estes são os principais resultados de uma pesquisa *DataFolha-Idesp*, que consultou 80% dos congressistas da Câmara e do Senado Federal, distribuídos proporcionalmente entre os partidos.

Segundo a pesquisa, 68% dos congressistas se dizem parlamentaristas, 26% são pela continuação do presidencialismo, e apenas 2% (todos filiados ao PDS e ao PDC) revelam sua opção pela volta da monarquia. Uma desagradável surpresa para Orestes Quercia e Leonel Brizola — ambos já em campanha para as eleições presidenciais de 1994 — é a constatação que as bancadas dos respectivos partidos são favoráveis à mudança do sistema político (70% dos congressistas do PMDB e 49% — contra 38% — do PDT se declaram parlamentaristas). Além disso, 78% dos deputados e dos senadores negam a Collor o direito à reeleição. (*Folha de S.Paulo*, 23/6/91)

Escola Superior de Guerra quer 'neutralizar e destruir' meninos de rua

Sob o título de "Paz", começou a circular nos quartéis um panfleto, não assinado, que trata as crianças abandonadas e os menores de rua como futura "horda de bandidos" e alerta para o fato de que os "poderes constituídos Executivo, Legislativo ou Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para que se incumbam do duro encargo de neutralizá-los e, mesmo, destruí-los, para ser mantida a lei e a ordem". O texto é extraído de um documento oficial da Escola Superior de Guerra (ESG) de 1989, intitulado "1990-2000, a década vital para um Brasil moderno e democrático", que na época foi apresentado ao então candidato à presidência Fernando Collor.

Segundo o coronel da reserva do Exército Pedro Schimer, que em 1989 era assistente do então diretor da Escola Superior de Guerra general Oswaldo Muniz Oliva, este documento representava o pensamento oficial da ESG. "Paz", porém, seria um grupo de militares que nada teria a ver com a instituição. Segundo um dos autores do documento, o capitão-de-mar-e-guerra Sérgio Porto da Luz, a ESG não propunha a eliminação física dos meninos de rua pelas Forças Armadas: "os termos *neutralizar* e *destruir* fazem parte da linguagem usada normalmente pelos militares, não significam extermínio", disse. (*Jornal do Brasil*, 19 e 20/6/91)

Erramos

Na capa da edição anterior, de 14/06/91, o número correto do boletim é 568.

Banco troca dívida por preservação ambiental

O BankAmerica anunciou a doação de US\$6 milhões (Cr\$1,7 bilhões) da dívida de países latino-americanos para a conservação das florestas tropicais no México, América Central e América do Sul. O presidente do BankAmerica, Richard M. Rosenberg, afirmou que não será necessário um país ter acordo da dívida externa com os bancos credores para receber parte do donativo, o maior já feito até hoje na área de meio ambiente.

Segundo Rosenberg, o BankAmerica terá o direito de veto nos projetos de investimentos apresentados pelas organizações World Wildlife Fund (WWF) e Conservation International (CI), que dividirão os US\$6 milhões, num prazo de três anos. O Smithsonian Institution, que desempenha um papel de intermediário consultor, recebeu US\$100 mil. O Brasil, por exemplo, que deve cerca de US\$1,2 bilhão ao BankAmerica, o segundo dos Estados Unidos depois do Citicorp, poderá ser um dos alvos dos investimentos da WWF e da CI, mesmo se estiver em moratória com os bancos.

Um projeto brasileiro não deverá ser rejeitado por qualquer vínculo com as negociações da dívida externa, explicou um advogado da CI. Mas Rosenberg não foi claro sobre esse assunto. Ao revelar um direito de veto, ele se armou de um instrumento de pressão contra os países devedores. O governo brasileiro não costuma participar da troca da dívida por natureza, por temer a expansão da base monetária.

A troca de dívida por proteção à natureza é feita desde 1987 e já en-

volveu oito países e cerca de US\$ 80 milhões. A WWF vai usar US\$ 250 mil para a execução das leis ecológicas nos estados de Chiapas e Oaxaca, no México. Os planos imediatos da CI são os de aplicar US\$ 250 mil na Selva Lacandona, descrita como a última floresta tropical da América do Norte. O Smithsonian pretende aplicar US\$ 100 mil na floresta tropical do Equador e em pesquisa científica. (Moisés Rabinovici/O Estado de S. Paulo, 12/6/91)

Governo aceita a conversão da dívida

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse que o governo decidiu aceitar o princípio de conversão da dívida em projetos ambientais, e que essa aceitação não deve provocar inflação, porque o montante é pouco significativo em relação ao total da dívida: apenas 100 milhões de dólares por ano. O dinheiro entrará no país com desconto especial ainda a ser definido e se destinará a

um fundo a ser administrado pelo governo federal.

"Vamos fazer este fundo de modo a alavancar recursos externos para colaborar com os esforços que o Brasil vem realizando internamente para preservar o meio ambiente" declarou o presidente Fernando Collor. (Benardo Carvalho, Folha de S. Paulo, 21/6/91; Jornal da Tarde/SP, 24/6/91 e Jornal do Brasil, 25/6/91)

Lutzenberger: um solitário no poder

Quinze meses depois de assumir o cargo, para o qual foi indicado pelo prestígio de que desfruta no país e no exterior, o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, encontra-se isolado dentro do governo. Revelando inapetência pelo poder e verdadeira aversão pelas tarefas administrativas e burocráticas, Lutzenberger vem gradativamente perdendo espaço para outros integrantes do governo, como o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, e o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, e não conseguiu ainda conferir uma diretriz clara à política ambiental do governo Collor.

Há pouco menos de 15 dias, por exemplo, Collor sancionou duas leis complementares que reformulam os conselhos das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Zona Franca de Manaus (Suframa). Embora os dois órgãos atuem numa área sob constante fiscalização da opinião pública internacio-

nal, entre seus 37 conselheiros não foi nomeado nenhum representante da área do meio ambiente. "Não foi um simples cochilo do Lutzenberger, pois os textos das duas leis foram longamente discutidos no Congresso antes de ir à sanção do presidente", afirma o diretor de uma importante secretaria de governo. "Foi falta de interesse mesmo".

Para o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a volta dos incentivos fiscais para projetos implantados na Amazônia, a retenção de verbas do Banco Mundial para o Plano Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e os problemas internos do Ibama são pontos que deixam em evidência a fragilidade do governo.

O secretário do Meio Ambiente vem colecionando derrotas também no confronto com outras áreas do governo. Há poucas semanas, declarou à imprensa que o presidente Collor não iria, em hipótese nenhuma, res-

taurar os incentivos fiscais para projetos na região amazônica. A lei que restabeleceu os incentivos, no entanto, já havia sido assinada em janeiro por Collor e regulamentada em abril pela ex-ministra Zélia.

No início deste mês, preocupados com um possível estímulo a atividades predatórias da Amazônia, os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente tentaram subordinar a aprovação de projetos econômicos na região ao parecer favorável das autoridades ambientais dos estados envolvidos no problema. O secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista, responsável pela Sudam, não gostou da idéia. No último dia 12, saiu o resultado do confronto: uma portaria assinada por Egberto determina que os projetos devem ter a aprovação prévia da Comissão de Zoneamento Ecológico-Econômico, controlada pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos. (Ronaldo Brasiense e Odail Figueiredo/Jornal do Brasil, 24/6/91)

Senadores e ambientalistas dos EUA criticam política ecológica de Collor

O presidente George Bush recebeu uma carta assinada por oito importantes senadores democratas americanos, com críticas à política de meio ambiente do governo Collor. A ecologia já colocou Brasil e Estados Unidos em confronto direto ao fim da gestão de José Sarney, mas passou a render elogios ao governo de Fernando Collor. Agora, voltou a se transformar num fator de irritação potencial para as relações entre os dois países.

Na carta, os senadores cumprimentam Collor por certas reformas efetuadas pelo atual governo na política ambiental brasileira. Mas chamam a atenção para problemas que, em sua opinião, minam o comprometimento do país com a proteção da natureza. "Ainda há muito a ser feito (na área de meio ambiente) e esta agenda inacabada é extremamente preocupante para Brasil e Estados Unidos", afirmam os senadores em sua carta.

Ela cita em especial três pontos — a demarcação das terras dos índios Yanomami, a abolição dos subsídios ao desmatamento e a violência no campo — que sugerem a incapacidade do governo Collor de progredir e implementar uma política ambiental. "A demarcação das terras Yanomami é um teste importante do desejo do governo brasileiro em cumprir suas promessas sobre meio ambiente e direitos humanos na Amazônia", diz a carta.

"Do mesmo modo, achamos que o governo brasileiro deveria

estar fazendo mais para abolir os incentivos fiscais e os subsídios à agropecuária na Amazônia. Estes passos serviriam para combater o desmatamento na região e ajudariam a criar um espaço para o desenvolvimento de atividades econômicas que sustentassem o meio ambiente", insistem os senadores, que dedicam ainda um parágrafo de sua carta de duas páginas à questão da violência rural.

O documento anda circulando intensamente na capital americana e foi preparado pelo pessoal do Environmental Defense Fund, com apoio de outras organizações ambientais, como o Sierra Club e o World Wildlife Fund.

A análise que ele faz da política ambiental brasileira é para servir de informação a ministros e ambientalistas dos países industrializados que, em meados de julho, estarão em Londres para a reunião econômica do Grupo dos Sete — à qual comparecerá o presidente soviético, Mikhail Gorbachev —, em que o Brasil apresentará um pedido de auxílio de US\$ 1,25 bilhões para implementar seu Programa Piloto de Proteção à Amazônia.

Segundo o relatório dos ecologistas, o Brasil tem cerca de US\$ 120 milhões em empréstimos não utilizados para o meio ambiente de instituições multilaterais que, pela falta de uso, custaram ao país no último ano cerca de US\$ 13 milhões.

Durante uma reunião com o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, no dia 19 de junho

em Washington, os ambientalistas americanos estavam firmes na crença de que o Brasil voltou a adotar subsídios que poderão provocar uma retomada dos desmatamentos na Amazônia. E não se tranquilizaram com as afirmações do secretário brasileiro de que fiscalizaria de perto sua aplicação. "O Ibama, a Funai e o Incra não têm condições de garantir a fiscalização dos projetos subsidiados", disse Barbara Bramble, da National Wildlife Federation.

"Eu não entendo como um governo que se diz favorável à ecologia pode aprová-los", insistia Larry Williams, do Sierra Club. Os ecologistas se mostravam estupefatos com o fato de que Collor assinou legislação neste sentido, aprovada pelo Congresso.

Os ambientalistas afirmam que o próprio Departamento do Tesouro dos EUA tem se mostrado relutante em discutir empréstimos para o Brasil na área do meio ambiente por conta do que chamam de política não muito clara do Brasil nesta questão. "Se o Brasil não tomar uma decisão clara sobre subsídios, ele não vai conseguir dinheiro dos países industrializados, a não ser da Alemanha", disse Williams. Os ecologistas acham que o Brasil se beneficiaria se adotasse posição contra os subsídios e demarcasse as terras do Yanomami antes da reunião de cúpula dos países industrializados em Londres, no mês que vem. (*Jornal do Brasil*, 18 e 20/6/91)

Leia e assine *Aconteceu*

Trabalhadores ocupam barragem de Itaparica

Cerca de 6 mil trabalhadores rurais da Bahia e de Pernambuco ocuparam no dia 19 de junho a área onde está instalada a barragem de Itaparica, em Nova Petrolândia (PE), para exigir do governo federal a construção de obras de irrigação nas terras em que estão assentados. De acordo com os trabalhadores, as reivindicações que entregaram à Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) no mês de maio, não estão sendo atendidas. A manifestação durou cinco horas — das 12h às 17h —,

mas os colonos não foram recebidos por representantes da Chesf. Agora, eles prometem enviar uma comissão a Brasília para denunciar o problema à Presidência da República.

Antecedentes — A barragem de Itaparica ocupou uma área de 834 quilômetros quadrados espalhados pelas cidades de Itacuruba, Petrolândia e Rodelas, as duas primeiras em Pernambuco e a segunda na Bahia. Os seis mil trabalhadores rurais que promoveram a ocupação do dia 19 fazem

parte das 50 mil pessoas desalojadas pela Chesf para a construção da barragem, 30 mil das quais vivem na área rural e estão há quatro anos sem produzir. Os trabalhadores sobrevivem de "salários" pagos pela Chesf, — considerados insuficientes — e reivindicam infra-estrutura para cultivar lavouras de subsistência. Quando foram desalojados, a Chesf lhes prometeu 20 mil hectares irrigados, mas até agora apenas 2 mil foram implantados. (*Jornal do Brasil*, 20/6/91)

Projeto prevê confisco de terras com maconha

As propriedades utilizadas para o plantio de maconha e outras plantas psicotrópicas — cerca de 500 mil hectares em todo país, segundo a Polícia Federal — serão confiscadas pelo governo e transformadas em assentamentos de reforma agrária. É o que prevê o projeto de lei complementar à Constituição

que a Presidência da República encaminhara, no dia 19 de junho, ao Congresso Nacional.

Cumprirá a Polícia Federal submeter os processos de expropriação das terras ao Ministério da Justiça, cabendo ao presidente da República editar o decreto de expropriação, com imissão imediata de posse e sem paga-

mento de qualquer benfeitoria.

O projeto conta com o apoio dos ministros da Justiça e da Agricultura, além do governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, cujo estado é área de atuação do narcotráfico e onde estão localizadas grandes plantações de maconha. (*Jornal do Brasil*, 18/6/91; CEDI, 24/6/91)

Entre as promessas e a realidade

REFORMA AGRÁRIA

Em maio deste ano o governo federal anunciou a breve desapropriação de 1 milhão de ha para fins de reforma agrária e a liberação de um volume considerável de recursos: Cr\$ 117 bilhões em TDAs (Títulos da Dívida Agrária) para desapropriação, resgatáveis entre dois e dez anos, e Cr\$ 30 bilhões para realização de benfeitorias nas terras desapropriadas.

Entretanto, alguns pontos se interpõem à execução destas metas. Os dispositivos constitucionais que tratam da reforma agrária não estão ainda regulamentados, dificultando atos desapropriatórios. Fontes do Ministério da Agricultura afirmam que a desapropriação anunciada em Alta Floresta (MT) ainda não ocorreu porque há suspeitas de que o Decreto Lei 554, que

rege as desapropriações de terra, seja inconstitucional. Agora, a assinatura de atos desapropriatórios terá que esperar a votação pelo Congresso Nacional de uma lei que regule a desapropriação e as terras passíveis de tal ato, votação esta prevista para agosto, após o recesso parlamentar.

Outro problema diz respeito à capacidade de atuação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que teve dois mil funcionários postos em disponibilidade. A promessa feita por Cabrera aos assentados de Tocantins, Pará e Mato Grosso depende da volta de pelo menos metade destes funcionários. Ao lado disso faltam recursos para o Incra, visto que o Tesouro Nacional liberou apenas 8% dos Cr\$ 400 bilhões do orçamento de 1991. Dado significativo para um governo que pretende desapropriar só este ano um total de 6 milhões de hectares, assentando 100 mil famílias. (Mariana Pantoja Franco/CEDI, 24/6/91)

Assentados ocupam o Ministério da Agricultura

No dia 11 de junho, cerca de 300 trabalhadores rurais assentados nos estados do Tocantins, Pará e Mato Grosso ocuparam o Ministério da Agricultura. Suas reivindicações, transmitidas ao ministro Antonio Cabrera em audiência no dia seguinte, são a demarcação e regularização dos assentamentos implantados nos estados há cinco anos. Sem o perímetro dos assentamentos demarcado, os fazendeiros das áreas vizinhas estão começando a se apropriar das terras dos assentados, provocando conflitos e mortes, conforme denunciou o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Tocantins, Policácio Bispo Ferreira. Além disso, só com a regularização os assentados poderão ter acesso à créditos especiais de reforma agrária. O ministro Antonio Cabrera prometeu "se empenhar" no atendimento às reivindicações apresentadas, mas condicionou-o à liberação de recursos pelo Tesouro Nacional. (CEDI, 24/6/91)

Caso Expedito continua a gerar polêmica

O fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim e os pistoleiros José Serafim Sales e Francisco de Assis Ferreira, acusados do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, entraram com recurso, negado pela Justiça, para responder ao processo em liberdade.

Paralelamente, lideranças da comunidade de Rio Maria (PA) enviaram carta aberta ao juiz de direito do município, José Cândido Moraes, expressando sua preocupação quanto aos próximos julgamentos a serem realizados na cidade. Segundo a carta, oito pessoas — entre testemunhas e parentes — relacionados aos processos que apuram as mortes dos ir-

mãos Canuto (22/4/90), de seu pai João Canuto (18/12/85) e de Expedito (2/2/91) estão sendo constante e violentamente abordadas e ameaçadas de morte.

O documento denuncia ainda um impressionante recrudescimento de mortes no sul do Pará a partir de 23 de abril deste ano (seis mortes certas e três prováveis), apesar de toda a repercussão nacional e internacional do assassinato de Expedito.

Parcialidade — A lista provisória de jurados foi montada às pressas e é “desgraçadamente parcial, com enorme desproporção de representatividade. Enquanto 50% da população

da Comarca é composta por trabalhadores rurais, apenas um foi inserido na lista dos 131 jurados, o que corresponde a 0,76%”, ao passo que constam 43 fazendeiros e familiares, atingindo 32,82% da lista.

Diante do quadro de tensão e de uma lista tão claramente tendenciosa, considera-se absolutamente necessário que haja o *desaforamento* do processo que apura a morte de Expedito, caso contrário os membros do júri não terão condições de se pronunciar em liberdade e em consciência, pois uns sofrem pressões que poderão se tornar irresistíveis, e outros já fizeram um julgamento antecipado. (CEDI, 24/6/91)

Caso Chico Mendes volta à Justiça

O Tribunal de Justiça do Acre receberá o pedido de anulação do julgamento de Darli Alves da Silva e Darci Alves Pereira. Eles foram condenados a 19 anos de prisão pelo assassinato do sindicalista Chico Mendes, em dezembro de 90.

Dezoito alegações de irregularida-

des foram apresentadas pelos advogados de defesa para anular o julgamento, entre elas a de que o corpo de jurados sofreu pressão da imprensa, cujo acesso ao tribunal foi permitido pelo juiz de Xapuri, Adair Longhini. Na verdade, a intenção dos advogados é tentar livrar Darli, que

foi condenado como mandante do crime. Por causa desse recurso, interposto em abril, os advogados conseguiram que o fazendeiro não fosse levado para Umuarama, no Paraná, onde seria julgado em fevereiro por mais um assassinato. (Jornal do Brasil, 19/6/91; Folha de S.Paulo, 20/6/91)

Justiça condena pistoleiro em Minas Gerais

Fato raro num país onde a impunidade marca os conflitos agrários, o pistoleiro Milton Soares foi condenado a 26 anos de cadeia pelo assassinato de dois posseiros no maior latifúndio do estado de Minas Gerais, a Fazenda Menino, no município de Arinos. O julgamento ocorreu na comarca da vizinha Unai, em tempo recorde.

Os posseiros e irmãos Januário

Emídio dos Santos e José Natal Romão foram mortos em 14 de novembro do ano passado. Como mandante do crime, o pistoleiro Milton Soares acusou o fazendeiro José Alfredo Alves, de quem recebeu Cr\$ 50 mil para matar os dois irmãos e mais dois parentes, que conseguiram escapar. O mandante do crime continua solto, bem como outro pistoleiro, de nome Baltazar, que

fugiu e nunca foi localizado pela polícia.

A condenação do pistoleiro Milton Soares é a primeira no estado. Este foi o segundo julgamento por questões de terra realizado em Minas Gerais. No primeiro, o fazendeiro Boaventura José Magalhães, de Bonfinópolis, foi condenado a três anos de prisão, mas cumpriu apenas seis meses da pena. (Jornal do Brasil, 12/6/91)

Câmara aprova novos benefícios da Previdência

A Câmara dos Deputados aprovou finalmente o Plano de Benefícios da Previdência, que institui mais de 20 vantagens para os segurados, entre elas a equiparação do trabalhador rural ao urbano, o novo cálculo das aposentadorias e o salário mínimo obrigatório como piso para o pagamento de qual-

quer benefício. Foi aprovado também o Plano de Custeio da Previdência, com uma modificação polêmica: retirou-se a tributação, para fazendeiros, de 3% sobre a receita bruta da produção, numa vitória da UDR e da chamada Bancada Ruralista, contando com o apoio do PMDB, do PSDB, do

PTB e do bloco governista.

Um dos pontos do Plano é o chamado Regime Geral da Previdência, segundo o qual o trabalhador rural deixa de ser diferente do urbano, com exceção da idade para aposentadoria, que no campo é de 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher. (Jornal do Brasil, 20/6/91)

Boff compara Vaticano ao Dops

Em seu primeiro contato com a imprensa após sofrer a quinta punição do Vaticano, o teólogo franciscano Leonardo Boff disse ter identificado "um refluxo conservador muito grande" na Igreja Católica "em várias partes do mundo". Boff afirmou estar "perplexo" com seu afastamento do cargo de editor da Revista Vozes.

Boff creditou a "uma imposição de Roma" seu desligamento da publicação. Ele disse que a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé

(antigo Santo Ofício) não o proibiu de se manifestar publicamente (silêncio obsequioso), ao contrário do que ocorreu em 1985. Na época Boff foi proibido de dar entrevistas ou proferir palestras durante um ano, por causa dos conceitos que emitiu em seu livro *Igreja, carisma e poder*.

Sem se intimidar com sua quinta punição, Boff comparou a atuação da Sagrada Congregação "ao Dops e ao Cenimar da época da ditadura militar", numa referência aos órgãos

militares que agiram na repressão política nas décadas de 1960 e 1970.

A partir do dia 1 de julho, Leonardo Boff suspenderá por um ano suas aulas de Teologia Sistemática e Teologia Dogmática no Instituto Franciscano de Teologia, onde leciona desde 1971. A interrupção, que deverá durar um ano, foi a forma encontrada pelo teólogo para se livrar temporariamente das pressões do Vaticano. (*O Globo*, 19 e 21/6/91; *Folha de S. Paulo*, 21/6/91)

Papa discute viagem ao Brasil com d. Luciano

O papa João Paulo II recebeu em audiência no Vaticano o presidente da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida.

Além de levar as conclusões da última assembléia geral do episcopado brasileiro, d. Luciano discutiu com João Paulo II detalhes de sua próxima viagem ao Brasil, marcada para

outubro. O Papa vai passar uma semana no País e deverá percorrer cidades que não foram visitadas durante a sua primeira viagem, em 1980.

O Papa já está preparando a mensagem que deixará aos católicos brasileiros que pouco a pouco estão deixando a igreja rumo às "seitas".

Segundo d. Luciano, "a visita do Santo Padre e o Congresso Eucarístico

de Natal são muito importantes. Por isso, os bispos prepararam um documento que orienta os fiéis no sentido espiritual. Vivemos um período de tristeza frente aos efeitos da morte. Nossa assembléia orientou o trabalho pastoral para a alegria da vida. E não há nada melhor que a visita do Papa para reforçar a idéia". (*O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, 14/6/91)

Nordeste realiza encontro de CEBs

Povo de Deus no Nordeste renascendo das culturas oprimidas é o lema do I Encontro Intereclesial de CEBs do Regional Nordeste II da Igreja Católica (7 a 10 de novembro, João Pessoa/PB).

O evento reunirá 500 animadores, agentes de pastoral, bispos e assessores representando CEBs, pastorais e movimentos da região. O objetivo é refletir e celebrar o mesmo tema proposto para o VIII Intereclesial Nacional (Santa Maria/RS, 1992): *Evangelização e Culturas Oprimidas*.

A Comissão Regional de CEBs preparou um caderno-subsídio para o encontro, contendo folhetos para cinco reuniões preparatórias. O material apresenta estudos, cânticos e orações. Para adquiri-lo, basta escrever para *Jornal Mandacarú* — Rua Gervásio Pires, 404 — Boa Vista — 50060, Recife/PE. (*CEDI*, 20/6/91)

Prefeitura de Osasco hostiliza Igreja Católica

O bispo de Osasco (SP), d. Francisco Manuel Vieira, e 23 padres estão processando por calúnia, injúria e difamação o prefeito da cidade, Francisco Rossi (PTB), dono da Rádio Difusora Oeste.

Rossi declarou que os padres são hipócritas e fariseus e que o bispo é um anti-Cristo. Esta reação ocorreu diante do apoio que o bispo e os padres deram em maio à ocupação de uma área pública feita por 800 famílias. Após serem despejadas violentamente pela polícia, as famílias acamparam em frente à prefeitura.

Em represália ao processo na Justiça, Francisco Rossi ameaça desapropriar os terrenos pertencentes à diocese. Só no governo militar a Igreja Católica foi tão hostilizada pelo poder, como está acontecendo em Osasco. (*Jornal do Brasil*, 17/6/91)

"Deus é homem"

Ao contestar um grupo de feministas que defendem a referência a Deus também como um ser do sexo feminino, o cardeal John O'Connor, de Nova York, afirmou numa missa na Igreja de St. Patrick: "Não temos o direito de reconstruir o cristianismo à nossa vontade, e não estamos autorizados a mudar o 'Pai Nosso' para 'Mãe Nossa'". Embora o cardeal tenha considerado válido o feminismo que luta por igualdade de direitos, seu sermão não agradou às feministas. Uma delas comentou: "Deus é clemência e misericórdia e estou certa de que o perdoará". (*O Globo*, 18/6/91)

Governo chinês contesta Vaticano

O governo da China rejeitou a nomeação de um cardeal chinês pelo Vaticano, classificando a medida de "ingerência". Trata-se de d. Ignatius Pingne, 90, que passou 30 anos numa prisão chinesa. Libertado há dois anos, ele vive hoje nos EUA. (*O Estado de S. Paulo*, 18/6/91)

Mais escândalos envolvem o 'bispo' Macedo

As investigações sobre denúncias de envolvimento com tráfico de drogas, remessa ilegal de ouro para os Estados Unidos e sonegação do imposto de renda contra o "bispo" Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, estão provocando escândalos que têm sido explorados com ênfase pela imprensa brasileira.

No dia 18 de junho, a Polícia Federal foi à casa de Macedo e descobriu na garagem um automóvel alemão BMW, apreendido sob a acusação de ter a placa fria e o número do chassi adulterado. A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o narcotráfico intimou o "bispo" a depor.

Edir Macedo fundou há dois anos uma nova igreja, a Igreja Católica Carismática. A Justiça suspeita que isso foi feito com o objetivo de desviar divisas para o exterior, tanto que sua sede é um apartamento, o de número 41 da Alameda Itu 402, na Capital paulista, residência de Renato de Abreu Maduro.

Sobre todas estas denúncias e constatações, o "bispo" afirma ser tudo obra de pessoas e empresas que procuram atingi-lo, movidas pela "inveja" e que desejam fazer dele um pecador. Declarou ainda que esses grupos "responderão em juízo" e que sua fortuna se deve à "obra de Deus em sua vida". (CEDI, 20/6/91)

Passagem alargada

Do "bispo" Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, a um repórter que o indagou se, como uma pessoa muito rica, teria difícil acesso ao Reino dos Céus: "Todos os homens de Deus eram ricos e entraram no Reino de Deus. Rico que faz de seu dinheiro um servo tem a porta bem aberta lá em cima". "Servo" é o mesmo que escravo, propriedade. (CEDI, 21/6/91)

Igrejas em assembleia

A Igreja Metodista realiza de 5 a 13 de junho o 15º Concílio Geral (órgão deliberativo que reúne delegados de todo o Brasil), no Instituto Grambery, em Juiz de Fora (MG). A Igreja Presbiteriana Unida realiza a 7ª Assembleia Geral Ordinária de 23 a 28 de julho, em Mariópolis (SP). (CEDI, 21/6/91)

Igrejas projetam Assembleia do Povo de Deus

A celebração dos 500 anos de resistência tem mobilizado amplos setores da sociedade para uma análise e reflexão que, resgatando a história, faça compreender o presente, a fim de se projetar o futuro com olhos e coração bem postos na realidade do sofrido povo latino-americano.

Com base nesta idéia, foi iniciado o projeto "Assembleia do Povo de Deus", promovido pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai). Os objetivos são:

— realizar um encontro ecumênico em nível continental, envolvendo cristãos (leigos principalmente), para expressarem a vivência destes 500 anos e a projeção futura da presença e ação cristãs na América Latina.

Deve-se partir da experiência de igrejas, organizações indígenas, de negros, de mulheres, e em geral, de organizações populares;

— que o encontro seja a voz do povo de Deus, e ao mesmo tempo uma manifestação de rechaço à celebração oficial da conquista que omite deliberadamente as sombras deste período;

— que o encontro seja uma contribuição para a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Santo Domingo, 1992).

O projeto prevê a realização da Assembleia do Povo de Deus, no mês de julho de 1992, na cidade de Quito (Equador). (Boletim 500 anos, maio/91)

Pentecostais da Bolívia declaram luto nacional

Os metodistas pentecostais da Bolívia declararão luto nacional no dia 12 de outubro de 1992, em protesto pelo genocídio de que foram vítimas mais de 90 milhões de indígenas do continente, informou o bispo Nestor Vargas. O líder evangélico boliviano disse que não havia razões para uma celebração triunfalista dos 500 anos da conquista da América Latina e exigiu a devolução das terras dos indígenas usurpadas durante cinco séculos. (Rápidas, maio/91)

Pentecostalismo em destaque

A edição de junho do jornal *Mensageiro da Paz*, das Assembleias de Deus no Brasil, traz um documentário sobre a movimentação da Igreja Católica no Brasil com relação à evasão de fiéis. O jornal acompanha as discussões em torno da questão e analisa os diferentes aspectos, sob a ótica evangélica e pentecostal. Abrange o impacto religioso, político, cultural, social e as novas perspectivas do crescimento dos evangélicos na última década. (CEDI, 21/6/91)

Fique por dentro do Contexto Pastoral

Leia e assine o jornal *Contexto Pastoral*, uma publicação conjunta do CEDI e do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep). Um jornal-painel a serviço da Pastoral e dos cristãos na luta pela paz e a justiça.

Assinatura anual (seis números, encartes gratuitos): Cr\$ 2.500,00

Assinatura de apoio (seis números, encartes gratuitos): Cr\$ 3.500,00

Número avulso: Cr\$ 200,00

Pedidos, através de cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep), Rua Rosa de Gusmão, 543, CEP 13073, Campinas/SP.

Collor soube da situação dos Yanomami em Washington

O presidente Fernando Collor tomou, em Washington, a decisão de demitir o presidente da Funai. Em duas reuniões nos Estados Unidos, soube da calamidade que assola os Yanomami em Roraima. Collor rebateu as denúncias de que a malária voltará a matar índios e que as equipes de saúde estavam impedidas de entrar

no território indígena. Imediatamente, com documentos e fotos, entidades ambientalistas o convenceram de que ele não só estava errado como muito mal informado. Collor ficou irritado por ser surpreendido sem poder reagir.

Há dois meses que médicos da Fundação Nacional da Saúde e da Funai não conseguem ir às aldeias

por falta de recursos, a Aeronáutica não cede helicópteros e os garimpeiros continuam a transmitir malária: 80% dos índios estão doentes. Collor assim que chegou ao Brasil, cobrou do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, respostas às denúncias: Passarinho também não fora informado. (O Globo, 22/6/91)

Senadores norte-americanos intercedem pelos Yanomami

Antes da visita do presidente Fernando Collor de Mello aos Estados Unidos, oito senadores democratas norte-americanos enviaram um documento ao presidente Georg Bush, pedindo que o governo dos EUA exija do presidente Collor prioridade para a demarcação da terra dos Yanomami. Entre os signatários da mensagem

estão Edward Kennedy e Alan Cranston, membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Grupos ambientalistas dos EUA escreveram o esboço da mensagem que foi reescrita pela assessoria dos senadores e enviada ao presidente Bush no dia 14.

A questão ecológica e a demarcação das terras Yanomami também

foi tema do café da manhã de Collor com nove senadores. O senador Alan Cranston, democrata da Califórnia, perguntou ao presidente sobre a demora da demarcação das terras Yanomami. Collor respondeu que resolverá logo a questão, de forma a preservar os direitos dos índios. (CEDI, 24/6/91)

Índios se reúnem em Brasília para discutir Estatuto do Índio

Reunidas em Brasília no dia 14, várias lideranças indígenas, mobilizadas pela Coiab — Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, discutiram o novo Estatuto do Índio elaborado pela comissão instituída pelo presidente Collor especialmente para este assunto. Os índios redigiram um documento no qual propõem, entre outras coisas, a extinção da Funai e a criação de uma Secretaria Nacional de Assuntos Indígenas ligada à presidência da República. O documento foi entregue ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, no dia 20 deste mês. (CEDI, 25/6/91)

Pegou fogo na aldeia de Raoni

Cerca de 10 famílias indígenas da aldeia Kapoto, ao norte do Parque do Xingu, (MT), perderam suas casas devido ao incêndio. Também foram destruídas a sede do posto indígena da Funai e a estação do rádio, a enfermaria e o posto de saúde. (O Fluminense, 1/6/91)

O oportunismo de Collor e o lobby contra terra Yanomami

Não há dúvida que o presidente Fernando Collor respondeu às pressões das entidades ambientalistas norte-americanas e que a demissão do presidente da Funai é mais um jogo de cena onde ele tenta assim se eximir da responsabilidade do que acontece com os Yanomami.

A inoperância da Funai é marcante, o Grupo de Trabalho criado pelo presidente do órgão, Cantídio Guerreiro, no final de maio, para fazer o levantamento da terra Yanomami foi um fracasso. Os membros do GT viajaram para Boa Vista (RR) e depois de alguns dias voltaram para suas casas, pois não tinham helicóptero para a realização do levantamento que fariam na terra indígena.

Paranóia — O jornal *Correio Brasileiro* publicou uma série de artigos e editoriais onde comenta a CPI das missões em RR, a ECO 92 e toda a paranóia militar e de alguns políticos amazônicos dos perigos da internacionalização da Amazônia. O Comando Militar da Amazônia realizou um seminário com 14 parlamen-

tares em seu QG em Manaus onde o general Antenor Santa Cruz falou em "vietnamização da Amazônia".

Articulistas do jornal reagiram irritados à pressão sofrida pelo presidente Collor nos EUA para que demarque a terra Yanomami. O jornal *O Estado de S. Paulo* também fez coro classificando essas pressões, em editorial, de "ecomentiras". (CEDI, 24/6/91)

Enquanto isso, aumenta invasão garimpeira

Cerca de três mil garimpeiros voltaram a invadir, nos últimos dias, o território Yanomami, em Roraima. A afirmação foi feita por Davi Kopenawa, líder Yanomami, que no dia 14 último sobrevoou aquele território.

Eles constataram que os garimpeiros invadiram a área utilizando helicópteros e balsas.

Davi disse que o recrudescimento da invasão aumentou pelo menos em 50%, nos últimos dois meses, o número de índios atingidos pela malária, tuberculose e sarampo. (CEDI, 24/06/91)

Ministro da Justiça demite presidente da Funai

Por determinação do presidente Fernando Collor de Mello, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, demitiu no dia 21 de junho o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, por telefone. O ministro disse que o motivo foi "inoperância".

Oficialmente, Guerreiro foi exonerado do cargo por não cumprir o decreto de Collor assinado no dia 19 de abril, determinando que o território Yanomami fosse demarcado em 180 dias; "já se passaram 60 dias e nada foi feito".

No mesmo dia o presidente Collor determinou que a Polícia Federal retomasse a operação de retirada de garimpeiros e explosão de pistas clandestinas.

Há outras acusações contra Cantídio. A última delas foi do administrador do Parque Indígena do Xingu, Megaron Txucarramãe, noticiada no dia 20 deste mês. Ele acusou Guerreiro de desrespeitar as índias do Xingu.

Segundo Megaron, Guerreiro fotografava as mulheres nuas tomando banho no rio e ficava despido — comportamento considerado afrontoso na tradição Kaiapó, por tratar-se de um não-índio. Passarinho minimizou o

caso. "É preciso ter cuidado no julgamento".

O atual superintendente-geral da Funai, Edívio Batistelli, assumirá interinamente a presidência do órgão. (Folha de S.Paulo; O Globo, 22/6/91)

Collor diz que demissão de Cantídio servirá de exemplo

O presidente Fernando Collor disse, no dia 23, que a demissão de Cantídio Guerreiro da presidência da Funai servirá de exemplo para que outros auxiliares do governo não procedam como Cantídio.

— Não importa o que ele disse ou deixou de dizer. No momento em que as pessoas não cumprem o que determino, mando embora. E não tenho que dar satisfações, frisou Collor. Segundo o presidente, não procedem as acusações de Cantídio de que faltaram recursos para a demarcação das terras dos Yanomami.

— Questões de meio ambiente, criança, saúde e educação são prioridades deste Governo. Sempre haverá dinheiro para esses setores, porque são prioritários.

O presidente não comentou as declarações de Cantídio de que teria sido usado como bode expiatório para dar uma satisfação às instituições ambientalistas internacionais com relação ao atraso na demarcação da reserva Yanomami. Admitiu, entretanto, a sua preocupação em manter sintonia com o pensamento ecológico mundial. (O Globo, 16/6/91)

CPI pode virar palco anti-indígena

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigará a "existência de aeroportos clandestinos e a atuação de missões religiosas estrangeiras na área de garimpagem de Roraima, provocando a internacionalização da Amazônia", se reuniu no dia 29 de maio último para apreciar o roteiro apresentado pelo relator deputado Avenir Rosa, ficando acertado que serão ouvidas em audiências públicas autoridades federais, bispos, pastores, padres, índios, jornalistas e técnicos. O presidente da CPI é o deputado Átila Lins (PFL-AM).

A primeira reunião da Comissão será no dia 27 de junho quando será ouvido o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho; em seguida deverão depor o ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro; a presidenta do Ibama, Tânia Munhoz; o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma; o secretário do Meio Ambiente, José Lutzemberger e outros.

No requerimento para a criação da CPI, do deputado Avenir Rosa, as áreas citadas são as seguintes:

Missão Novas Tribos do Brasil, Missão Surucucu, Missão Indígena Aicás, que estão em terras Yanomami e Tepequem.

Argumentos débeis, interesses escusos — O roraimense Avenir Rosa conseguiu 172 assinaturas para implantar a CPI, apesar dos débeis argumentos que desenrola em seu requerimento. O aeroporto de Surucucus foi construído pela FAB e entregue à MEVA (Missão Evangélica da Amazônia), há cerca de 30 anos. A Missão Surucucu não existe mais desde 1975 quando a Funai, por causa de uma invasão de garimpeiros e conflitos com índios, começou a tomar conta da pista e os missionários se retiraram assustados com a violência. Não existe Missão Indígena Aicás. Há uma pista grande, chamada de Waiakas, que foi construída há cerca de 25 anos e ampliada recentemente pelo Comando Aéreo da Amazônia, no âmbito do Projeto Calha Norte. Nesse lugar há um posto da Funai e uma aldeia Yekuana.

Tepequem é uma serra a Noroeste de Boa Vista, onde há cerca de um século existe um garimpo de diamantes, uma vila, um posto policial, posto de enfermagem e uma capela. Está fora de terra indígena. Não se tem notícia de nenhuma pista de pouso clandestina com o nome de Missão Novas Tribos do Brasil, em Roraima.

Essa CPI parece ter sido plantada por empresários do garimpo que são contra a demarcação do território Yanomami, e por políticos de Roraima, quando está em vigor o prazo de 180 dias para rever a área Yanomami, estabelecido por decreto presidencial de 19 de abril deste ano. Se não veio de encomenda, pode servir de palco para os interesses anti-indígenas de Roraima, da Amazônia e do Brasil. A maioria dos parlamentares que a compõem são da região amazônica e três são de Roraima, entre eles, João Fagundes do PMDB, militante anti-indígena convicto, que sempre gastou grande parte de seus mandatos contra as terras indígenas de Roraima. (CEDI, 24/6/91)

Multinacionais deixam o Brasil

A Mercedes-Benz anunciou oficialmente que está desativando o setor de montagens de câmbio de sua fábrica em São Bernardo do Campo e que o componente será importado de sua subsidiária na Argentina. A empresa alega que isso faz parte do intercâmbio entre suas duas subsidiárias, decorrente do plano de maior cooperação entre Brasil e Argentina. Também a Ford, com a venda de 80% do controle acionário da Ford New Holland ao grupo Fiat, desativará sua divisão de motores a diesel (localizada também em São Bernardo). O montante das demissões na Ford e na Mercedes será em torno de 2.200 trabalhadores.

A Ford alega que a fábrica de São Bernardo perdeu competitividade internacional devido a seu atraso tecnológico e que o mercado nacional não é suficiente para justificar sua presença no Brasil. Há pouco mais de cinco anos operando no país, a Ford-Motores produziu 130 mil motores para os EUA e apenas 20 mil para o Brasil. Além disso, cerca de 80% da produção da fábrica — de 50 mil unidades por ano — vinha sendo destinada ao mercado norte-americano.

Com a implantação de legislação anti-poluente nos EUA, os motores teriam de receber investimento tecnológico para se adequarem às exigências de controle da emissão de gases. A Ford preferiu fechar sua fábrica no Brasil e comprar 10,8% das ações da empresa norte-americana Cummins Engine, maior produtor independente de motores a diesel do mundo. A Cummins vem investindo de 5 a 7% de seu faturamento anual em tecnologia para se adaptar à legislação anti-poluente.

Reação — O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema reagiu criticando o governo Collor pela co-responsabilidade nessas decisões. Ao ter provocado a maior recessão dos últimos tempos, o gover-

no intensificou a crise econômica, dificultando o investimento.

Com o apoio das Comissões de Fábrica, o Sindicato pretende pressionar as empresas, acompanhando de perto o programa de retreinamento profissional e de recolocação dos demitidos no mercado de trabalho bem como reivindicar garantias trabalhistas contra as demissões. Buscará ainda sensibilizar o governo e o Congresso Nacional para o risco das empresas estarem deixando de investir no Brasil devido à política econômica adotada.

O ex-presidente do Sindicato, Luís Inácio Lula da Silva afirmou ao *Jornal da Tarde* de 19/6/91, que “a saída da Ford mostra que o Brasil está perdendo a confiabilidade dos investidores estrangeiros ao contrário do discurso ufanista feito pelas autoridades”.

Embora a Ford negue, o atual presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, afirma ter sido notificado por gerentes da empresa que ela pretende desativar também sua fábrica de automóveis, responsável pelo emprego direto de 9.600 trabalhadores e pelo emprego indireto de outros 48 mil, nas indústrias de autopeças e nas revendas.

Desinteresse? — Em março deste ano a Ford e a Volkswagen, que formam a Autolatina, anunciaram que demitiriam mais de 5 mil trabalhadores. Greves e negociações conseguiram contornar a ameaça. Mas desde então ficou claro: que a Autolatina não vacila em usar demissões como fator de pressão sobre a política econômica do governo e que o Brasil fica cada vez mais distante do interesse dos investimentos externos privados.

Enquanto a alemã Hoechst anunciou um corte de 70% nos investimentos brasileiros, a Rhodia reduziu 40%. No início deste mês, a General Motors transferiu sua sede latino-ame-

ricana do Brasil para Miami. Embora afirme que isto não significa falta de interesse em investir no Brasil, vice-presidente executivo da GM André Beer, reclama que o carro brasileiro é o mais taxado do mundo pagando 83% de impostos, ao passo que o segundo mais taxado é o francês, com 24%.

Por sua vez, o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) Jacy Mendonça, declarou à *Folha de S. Paulo* de 31/5/91, que “o investidor internacional tem o mundo a disposição dele. Ele não tem nenhuma razão para dar uma prioridade especial para o Brasil. O que ele busca é rentabilidade e segurança. O Brasil hoje não apresenta essas características”.

Desafio — Para Vicentinho, es- colocado hoje para o sindicalismo, o desafio de tornar-se um “sujeito social” capaz de interferir na conjuntura nacional e participar das decisões da política econômica. No seu entender, somente um sindicalismo capaz de controlar opções de desenvolvimento econômico poderá evitar demissões, arrocho salarial e queda na qualidade de vida da população. (Antonio Luigi Negro/CEDI, 20/6/91)

Leia e
assine
Aconteceu

Governo libera mais verbas para Medeiros

O presidente da Central Força Sindical, Luís Antonio de Medeiros, assinou convênios com o governo por um total de Cr\$ 957,1 milhões. O primeiro deles, assinado com o ministro Alcení Guerra, o Ministério da Saúde desembolsará Cr\$ 457,1 milhões para a melhoria do ambulatório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No segundo contrato, assinado pelo ministro Carlos Chiarelli, o ministério investirá Cr\$ 500 milhões num programa de alfabetização a ser desenvolvidos pelos sindi-

catos da Central.

O ministro Chiarelli, ao assinar o protocolo de intenções do convênio, enfatizou a importância da participação dos sindicatos da FS no Programa de Alfabetização de Trabalhadores nos Locais de Trabalho, lembrando que o ato "faz parte do Programa Nacional de Alfabetização do governo Collor".

Para o tesoureiro da CUT, Delúbio Soares de Castro, "a Força Sindical está se transformando num posto de serviço do governo". Pa-

ra ele, Collor deveria apurar os escândalos da Previdência, "ao invés de comprar a Central de Medeiros". Delúbio questionou a liberação de verbas somente para um segmento do movimento sindical. "Isso é política assistencialista e demagógica, mas não nos admira porque o Medeiros já recebeu Cr\$ 504 milhões do governo para a sede da escola dos Metalúrgicos de São Paulo, em troca de não participar da greve geral". (*Jornal da Tarde*, 21/6/91)

Trabalhador financia escola que não usa

Mesmo sem saber, oito milhões de trabalhadores do setor industrial brasileiro tiveram uma parte de seus salários usada nos últimos oito anos para financiar a construção de uma escola bilionária para formar líderes sindicais, mas que tem abrigado principalmente algumas dezenas de porcos, galinhas e vacas leiteiras. Com justificativa de criar a primeira universidade do trabalhador no país e formar uma elite sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Indústria (CNTI) construiu com recursos da contribuição sindical o Centro de Treinamento Educacional (TE), avaliado em mais de Cr\$ 5 milhões. Poucos sabem da existência do centro — inaugurado no dia 30 de novembro de 1990 — embora funcione num terreno de mais de 500 mil metros quadrados e a apenas 40 quilômetros de Brasília.

Olyntho Cândido de Oliveira, secretário geral da Confederação, não discorda que tenham sido feitos gastos excessivos na obra. "Não gastamos nem um centavo de dinheiro público, só dinheiro de contribuição sindical", diz orgulhoso. Na falta de sindicalistas para ensinar, a Confederação tem alugado seu centro para encontros de casais evangélicos e festas de casamentos. "Enquanto os sindicatos de esquerda financiavam greves, nós aumentávamos nosso patrimônio", disse Olyntho. (*Jornal da Tarde*, 16/6/91)

CUT faz encontro sobre as trabalhadoras

De 20 a 23 de junho, a CUT realizou o II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, dirigido pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora. Participaram 130 sindicalistas de 19 estados e de 29 categorias profissionais. As trabalhadoras avaliaram os cinco anos de atuação da CUT sobre a questão da mulher, concluindo pela necessidade de reforçar na Central o compromisso de luta contra as discriminações às mulheres. As principais resoluções foram:

— Fortalecer a luta por creche, pelo cumprimento e regulamentação dos direitos constitucionais, por condições de trabalho que não afetem a saúde da mulher, por salário igual entre homens e mulheres quando na mesma função, pela legalização

do aborto;

— Fortalecer a luta contra a exigência de atestados de gravidez e esterilização para a admissão ao emprego, contra as revistas feitas nas trabalhadoras, nas fábricas, contra todas as formas de violência e contra a esterilização em massa das mulheres;

— Reforçar a luta pelo reconhecimento da profissão das trabalhadoras rurais, pelo direito à aposentadoria e ao título de posse da terra para as mesmas.

O Encontro deliberou também que as sindicalistas apresentarão ao IV Congresso Nacional da CUT propostas de aumento da participação das mulheres na direção da Central. (*Maria Berenice G. Delgado/CEDI*, 24/6/91)

Suíças fazem greve cor-de-rosa

Milhares de mulheres não compareceram ao trabalho na Suíça. Vestidas de rosa e violeta, participaram de manifestações e piqueniques onde era servida a "sopa da igualdade", em protesto contra a discriminação sexual no país.

Vinte anos depois de conquistarem o direito ao voto e dez após fixada em lei a igualdade sexual, as suíças decidiram fazer uma greve nacional reivindicando melhores condições de trabalho, melhor atendimento infantil e leis sociais mais justas.

A manifestação destinou-se a de-

monstrar que a igualdade perante a lei continua sendo letra morta, uma vez que as suíças ganham um terço a menos que os homens, recebem menos pensões e aposentadorias e têm menor possibilidade de ascensão profissional (apenas 4% dos altos cargos empresariais são ocupados por mulheres). Nas contas da União Sindical Suíça, mais de 100 mil mulheres fizeram greve, total, parcial ou simbólica, o que foi uma vitória estrondosa se for considerado o fato de que na Suíça não se faz uma greve geral há anos. (*O Globo*, 15/6/91)

LDB ainda não tem votação prevista

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) está em tramitação no Congresso, mas ainda não foi estabelecido o prazo para a sua votação. Foram apresentadas cerca de 1.200 emendas e o projeto ainda não foi formalmente submetido à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Alguns deputados dessa comissão estão adiantando o exame das emendas, mas o acúmulo de matérias que aguardam decisão do Congresso deve adiar a votação da LDB para o segundo se-

mestre. Um grupo de deputados considerados progressistas (apóiam as propostas das entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública) propôs que se formassem um colegiado de relatores, em lugar de apenas um relator, como geralmente ocorre. Se houver apenas um relator, o mais provável é que seja escolhido um parlamentar conservador, possivelmente Eurides Brito (PTR-DF) ou Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Mesmo entre os progressistas, não há consenso em se dar um

tratamento de urgência à votação da LDB, em vista da enorme quantidade de emendas que foram apresentadas ao projeto.

O presidente da Comissão de Educação da Câmara é o deputado Aécio de Borba (PDS-CE). Os membros titulares da comissão estão assim divididos: nove do bloco governista (PTR, PRN e PFL), oito do PMDB, três do PDT, três do PDS, três do PSDB, três do PTB, dois do PT, dois do PDC, um do PL e um do PSB. (CE-DI, 24/6/91)

Jaboatão dos Guararapes amplia educação de adultos

Quatorze meses depois de ter implantado, em Jaboatão dos Guararapes (PE), o programa Saber Ler, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no município até 1993, o prefeito Geraldo Melo fez uma visita de surpresa a dois dos 36 núcleos residenciais de alfabetização (NRAs). Em seguida, anunciou sua determinação de ampliar para 1,3 mil os 310 núcleos existentes em toda a cidade e entregar certificados de conclusão do curso a mais 5 mil adultos alfabetizados. Durante a solenidade, prevista para janeiro de 1992, Geraldo Melo vai sortear os nomes de alguns concluintes para que façam a leitura de um breve discurso, escri-

to por eles próprios, diante do público. "Dessa forma, provaremos que a estratégia pedagógica montada pela prefeitura deu certo", argumenta o prefeito.

Idéia veio de Cuba — Ao regressar de uma viagem a Havana, Geraldo Melo trouxe consigo o embrião do programa. Impressionado com a iniciativa do governo cubano de estimular os estudantes a irem às montanhas para alfabetizar, o prefeito resolveu adotar a idéia. Convocou os estudantes concluintes do curso de magistério das escolas públicas e ofereceu pagamento de meio salário mínimo.

Depois de cadastrar a população analfabeta do bairro de Santo Aleixo, a Secretaria da Educação abriu os primeiros núcleos. De cada grupo de cinco adultos analfabetos que moram próximos um do outro, foi escolhida uma residência, onde a sala ou terraço serviria de sala de aula. Os jornais do dia servem de cartilha. Assim, na medida em que aprende a ler, o adulto adquire o hábito de ler jornais. As alfabetizadoras dão ainda orientações sobre cuidados de higiene e regras de boas maneiras. Cada grupo de 20 núcleos conta com o suporte técnico de um assessor pedagógico. (Diário de Pernambuco, 3/6/91)

Professores cearenses incentivam escolarização

"Cruzada comunitária contra o analfabetismo". Este é o lema do grupo *Aprender é Vencer*, composto por 20 professores do bairro Barra do Ceará, em Fortaleza (CE). O grupo realiza desde maio do ano passado um programa destinado a incentivar e encaminhar crianças e adolescentes à escola. Alguns representantes do *Aprender é Vencer* apresentaram o projeto que desenvolvem à secretaria de Educação do Ceará, Maria Luiza Chaves, solicitando apoio.

O grupo tem atuado principalmente nos bairros de Pirambu e Barra do Ceará, visando levar ao conheci-

mento dos analfabetos e semi-analfabetos as escolas próximas de suas residências que podem frequentar. Foi feito um levantamento e, segundo a professora Eliana Viana, também coordenadora da escola comunitária da Barra do Ceará, de cada 10 pessoas entrevistadas, nove são analfabetas.

Em outro bairro, Praia das Goibeiras, o levantamento constatou que, de cada 10 famílias, nove vieram do interior para a capital para trabalhar na pesca. Para o coordenador do *Aprender é Vencer*, Jodaci de Oliveira, "muitas crianças nunca frequen-

ram a escola somente por desinteresse dos pais, que não passam aos filhos a necessidade da instrução. Muitas vezes o acesso à escola é possível, seja pela oferta de vagas ou pela sua localização, mas o desinteresse barra esse acesso", explicou.

Segundo Jodaci, os que são "recrutados" recebem material didático gratuito. O orçamento para três meses de atividade do grupo, incluindo gastos com transporte e alimentação, é cerca de Cr\$ 700 mil. Além da alfabetização, é feito um trabalho assistencial com meninos e meninas de rua. (Diário do Nordeste, 1/6/91)

Estudante é baleada e morta em escola

Norma Albano/Ag. Estado

A estudante Silmarya Rejane Marculino de Souza, de 17 anos, morreu na madrugada do dia 10 de junho. Ela foi baleada no pátio de uma escola estadual da zona Norte de São Paulo, ao tentar impedir o roubo dos tênis de um colega. Na noite em que Silmarya morreu, Marcos Rogério Simões Rodrigues, de 23 anos, ajudado por outros presos, enforcou o rapaz que baleou a estudante, Clodoaldo Hora Juvêncio, de 19, no pátio do 16º Distrito de Polícia da Vila Clementino.

Silmarya estudava na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professor Renato de Arruda Penteado, no Jardim Carumbé, bairro pobre da Vila Brasilândia. Ela tentou impedir que Clodoaldo, que era ex-aluno da escola e estava armado de revólver, roubasse os tênis de um colega. Clodoaldo apontou-lhe a arma e perguntou se duvidava que poderia atirar. A estudante respondeu que não duvidava. "Mesmo assim vou disparar", disse, ao mesmo tempo em que apertou o gatilho.

Ele estudou naquela escola até a 5ª série, mas teve sua matrícula rejeitada para o ano passado, acusado pela diretora, Vera Lúcia Soares Perussi, de ser violento e de não respeitar colegas e funcionários.

Depois do caso de Silmarya, as aulas foram suspensas e uma comissão de pais e professores esteve no 18º Batalhão da PM, exigindo a presença de pelo menos dois policiais no período de aulas. (O Estado de S.Paulo, 11/6/91)

Protesto de estudantes pára o centro de Niterói

Cerca de 3 mil alunos das redes particular e pública pararam em 13/6 a avenida Amaral Peixoto, em Niterói (RJ). Eles vieram em passeata e se concentraram na Praça da República para protestar contra os aumentos nas mensalidades e pedir melhoras no ensino público. A manifestação foi organizada pela União Niteroiense de Estudantes Secundaristas (Unes) e recebeu o apoio dos sindicatos dos bancários e dos telefônicos. (O Dia/RJ, 14/6/91)



Clodoaldo foi encontrado enforcado no 16º DP

O que a escola tem a ver com isso?

A imprensa cobriu fartamente o caso da estudante Silmarya, chegando a TV Globo a acompanhar, por vários dias, o destino dos órgãos da menina, doados por seus pais a pacientes necessitados de transplantes. O diretor de jornalismo da rádio Bandeirantes afirmou repetidamente que "a justiça vem a cavalo", ao comentar a morte do assassino.

Mas não se trata simplesmente de uma comovente história policial e muito menos se poderia considerá-la encerrada, uma vez que a justiça teria sido feita.

A miséria que se acentuou no Brasil é o quadro social em que um rapaz de 19 anos tentou roubar um par de tênis a mão armada. Outras razões, até o momento insondáveis, o levaram a matar uma pessoa. Mas o horror desse crime não se compensa com outro, o seu assassinato, sob custódia das autoridades policiais.

Olho por olho não pode ser o princípio em que se baseie a justiça. A desagregação social e a barbárie requerem, além de uma política econômica que incorpore os milhões de marginalizados ao mercado de trabalho e de consumo, escolas públicas cuja prática educativa não os exclua, que apontem formas coletivas de superação de sua condição, em lugar de agir individualmente pela violência.

As explicações se voltam para a precariedade do policiamento. Mas não pode ser sem importância — ao menos para os educadores — o fato de o assassino de Silmarya ter sido aluno da mesma escola, a quem foi irrecorrivelmente negado o direito à matrícula no ano passado. Na Grande São Paulo, em 1987, somente 44% dos jovens entre 15 e 18 anos estavam matriculados. E a escola, propriamente, não teria nada a ver com isso? (CEDI, 24/6/91)

Parlamento sul-africano anula lei básica do apartheid

O Parlamento sul-africano aprovou o fim da classificação das pessoas por raça, que desde 1950 constitui o fundamento legal do apartheid. Mas os negros continuam sem direito de voto e sem representação no Parlamento, até a promulgação de uma outra Constituição. O presidente Frederik de Klerk pediu conversações urgentes para a transição a uma democracia total.

"Com isso a discriminação racial está honesta e completamente revogada", disse de Klerk ao Parlamento. O próximo passo será a negociação de uma nova Constituição "que garantirá a participação e representação a todos os sul-africanos numa verdadeira democracia", acrescentou.

O apartheid se fundamentou na divisão de direitos de acordo com a classificação em quatro principais grupos raciais, feita no nascimento da

pessoa. Os brancos gozam de plenos direitos, enquanto a maioria negra praticamente não os tem. Os de origem asiática e *coloured* (mestiços) têm direitos limitados. O Congresso Nacional Africano (ANC), o maior partido negro, achou positiva a revogação, mas pediu o fim urgente dos resíduos discriminatórios.

"É evidente que enquanto práticas abertamente racistas continuarem a existir, a Lei de Registro da População terá sido revogada apenas no papel, enquanto a realidade terá mudado muito pouco", declarou o ANC. Por isso, a entidade exortou o mundo exterior a manter as sanções contra o apartheid até que se torne claro que a África do Sul se dirige irreversivelmente a uma "sociedade completamente não-racial e justa". (*Folha de S.Paulo*, 18/6/91)

Partido do Congresso vence na Índia mas sem maioria

Nenhum partido conseguiu maioria para formar um governo nas eleições parlamentares na Índia. O Partido do Congresso do ex-primeiro ministro Rajiv Gandhi — morto em um atentado a bomba em plena campanha eleitoral — ficou com a maior bancada, algo em torno de 215 das 525 cadeiras do Parlamento, mas terá que negociar uma coalizão para poder formar o governo.

O Partido não conseguiu repetir a vitória arrasadora de 1984 no rastro da comoção nacional provocada pelo assassinato da primeira ministra Indira Gandhi por guarda-costas sikhs. (*Jornal do Brasil*, 17/6/91)

ONU diz que 1 bilhão de pessoas passam fome

Os países ricos precisariam prestar uma ajuda anual de pelo menos 100 milhões de toneladas de alimentos, até o ano 2050, para atenuar a fome no mundo. Hoje, já existem 1 bilhão de famintos em todo o planeta. As Nações Unidas afirmam que "é cada vez mais difícil para os países africanos importarem comida de forma comercial, por causa dos seus problemas de balança de pagamentos e dívida externa". Só o número de subnutridos no continente africano deve subir de 142 milhões registrados em 1983/85 para cerca de 200 milhões no ano 2000". (*Folha de S.Paulo*, 19/6/91)

Escobar se entrega à justiça colombiana

Conforme vinha sendo anunciado há várias semanas, Pablo Escobar, o chefe do poderoso Cartel de Medellín, se entregou à justiça do seu país no dia 19 de junho. Acompanhado por um juiz e pelo padre Rafael Herreros, 84, que por meses intermediou as negociações para a rendição, Pablo Escobar estava a bordo de um helicóptero que aterrisou no campo de futebol da prisão de segurança máxima na periferia da cidade de Envigado onde o chefe ficará preso. Poucas horas antes, a Assembléia Nacional Constituinte tinha aprovado a proibição da extradição de cidadãos colombianos, aceitando assim a principal reivindicação dos narcotraficantes.

O governo colombiano entrou em acordo com os Cartéis de Medellín e Cali: em troca do trânsito livre para a lavagem dos narcodólares e do fim da controversa lei de extradição para os EUA, os "barões" da cocaína comprometeram-se a acabar com a onda de atentados que tomou conta do país nos últimos anos, num contexto de violência que provocou milhares de mortos. A maioria dos analistas concorda que, pela relação de forças existente, não podia haver outra solução. (*CEDI*, 24/6/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 82-855/87



UP-CT PRINCIPAL